



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2013
-------------	-------------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
---------------------------	------------------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
--------------------	-----------------------

UNIDADE CORREICIONADA:	4ª VARA DO TRABALHO DE ANÁPOLIS
-------------------------------	--

PERÍODO CORREICIONADO:	1º/07/2012 a 30/06/2013
-------------------------------	--------------------------------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA
--------------------	--

EQUIPE CORREICIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
Geisa Azevedo Carlos Campelo	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.101
2	Processos remanescentes do período anterior	127
3	Processos resolvidos	1.001
4	Produção	82%
5	Processos pendentes de solução em junho de 2013	227
6	Execuções trabalhistas pendentes (em trâmite e suspensas) em junho de 2013	609
7	Execuções fiscais pendentes (em trâmite e suspensas) em junho de 2013	16
8	Execuções no arquivo provisório em junho de 2013	228
9	Execuções previdenciárias pendentes (em trâmite e suspensas) em junho de 2013	112
10	Total de execuções (soma dos itens 6, 7, 8 e 9)	965
CARTAS PRECATÓRIAS E CARTAS DE ORDEM RECEBIDAS NO PERÍODO CORREICIONADO		
11	Cartas precatórias e Cartas de Ordem recebidas	113
12	Cartas precatórias e Cartas de Ordem cumpridas	107
13	Cartas precatórias e Cartas de Ordem pendentes de cumprimento	24
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS NO PERÍODO CORREICIONADO		
14	Cartas precatórias expedidas	116
15	Cartas precatórias devolvidas pela vara deprecada	125
16	Cartas precatórias pendentes de devolução	66
17	Número de processos recebidos no período correicionado anterior	972
18	Número de processos recebidos no período correicionado	1.101
19	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)	13%
20	Número de processos na fase de execução no período correicionado anterior	1069
21	Número de processos na fase de execução no período correicionado	965
22	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)	-9,73%

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	Dr. Renato Hiendlmayer
Juiz Auxiliar	Dr. Marcelo Alves Gomes
Juiz Substituto	

2.2 – Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	X
Auxiliar fixo					

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5
--	---

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
		X

2.4.2 – Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário	X	

2.4.3 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	56
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	46
Audiências de instrução (ou de prosseguimento)	29
Julgamentos (quantidade de sentenças publicadas)	20

2.4.4 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	19
Ordinário	22

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	228
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	2
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	16
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	30

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	20
---	----

2.6.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	2
Ordinário	3

2.6.3 – Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar (se houver)	-	-
Juiz Substituto (se houver)		

2.6.4 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	26
---	----

2.6.5 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	-
Sentença na fase executória	0
Embargos de declaração	0

2.6.6 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(iza)
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

2.7 – Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	30
Ordinário (segundo diretriz da Administração)	73

2.8 – Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	47%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	55%	

2.9 – Taxa de congestionamento do exercício anterior (2011)

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	22%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	12%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	61%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	60%

2.10 – Produção

Magistrado	Mês de Atuação	Processos em pauta	Quantidade sentenças	Prazos médios para prolação de sentenças		Quantidade		
				SUM	ORD	EDs	EEs	ETs
Luiz Eduardo da Silva Paraguassu	07/12	60	18	1	3	10	7	0
	08/12	67	19	0	2	7	3	0
	09/12	117	25	1	3	2	2	0
	10/12	170	46	1	3	9	4	0
	11/12	80	13	1	1	4	1	1
	12/12	1	0	0	0	1	0	0
	01/13	0	2	0	3	0	1	0
	02/13	0	2	0	0	0	0	0
	03/13	0	0	0	0	1	0	0
	05/13	0	1	0	12	0	0	0
	TOTAIS	495	126	0	3	34	18	1
Marcelo Alves Gomes	05/13	66	11	5	6	0	0	0
	06/13	95	47	10	7	1	0	1
	TOTAIS	161	58	8	7	1	0	1
Carlos Alberto Begalles	03/13	10	3	0	0	0	0	0
	04/13	8	3	1	1	0	0	0
	05/13	0	1	0	18	0	0	0
	06/13	0	0	0	0	1	0	0
	TOTAIS	18	7	0	5	1	0	0
Renato Hiendlmayer	01/13	36	5	0	0	0	0	0
	02/13	152	31	4	2	0	1	0
	03/13	79	16	4	6	2	0	0
	04/13	207	50	1	4	0	2	1
	05/13	145	41	4	5	1	0	0
	06/13	50	20	0	2	5	1	0
	TOTAIS	669	163	2	3	8	4	1
Kleber Moreira da Silva	03/13	61	12	8	9	0	0	0
	04/13	0	3	2	6	0	0	0
	06/13	0	0	0	0	2	0	0
	TOTAIS	61	15	3	5	2	0	0
Quéssio César Rabelo	07/12	67	13	1	1	0	0	0
	08/12	93	28	2	4	3	0	0
	09/12	1	1	1	0	1	0	0
	10/12	1	1	0	4	0	0	0
	11/12	63	11	5	2	1	0	0
	12/12	96	23	1	2	2	0	0
	01/13	0	0	0	0	2	0	0
	05/13	0	1	0	0	0	0	0
	06/13	0	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	321	79	1	1	9	0	0
Valéria Cristina de Sousa Silva Elias Ramos	07/12	0	1	0	5	0	0	0
	03/13	11	0	0	0	0	0	0
	04/13	0	2	0	6	0	0	0
	TOTAIS	11	3	0	4	0	0	0

3 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 – Estrutura da Secretaria****3.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Abel de Barros Filho	Diretor de Secretaria	Efetivo
Rayliane Rangel dos Reis	Assistente de Juiz	Efetivo
Ludmilla Elias Limirio Silva	Assistente de Diretor de Secretaria	Efetivo
Eva Bárbara Soares		Efetivo
D'Ávila Valéria A. G. do Nascimento	Assistente 2	Requisitada
Sirlene de Souza e Silva		Efetivo
Luciana Martins de Oliveira		Efetivo
Eduardo Dutra Gonzaga Jaime	Secretário de Aud. Assistente 3	Efetivo
Hanna Gracie Graciano		Estagiária
Rayane Magalhães Coutinho Ramos		Estagiária
Denis Ferreira dos Santos		Menor-aprendiz

3.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	11
Notebooks	1
Impressoras	4
Multifuncionais	1
Fax	1
Digitalizadora	1
Leitores óticos	0

3.2 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2
Atualização de cálculos	2
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	8

3.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em <i>softwares</i> homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	X

4 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade procedeu à digitalização da íntegra dos processos, quando da implantação do processo digital?	X		
2	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do Novo PGC?	X		
3	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo? (indicar no campo observações com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		
4	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do Novo PGC)?	X		
5	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 175 do Novo PGC?	X		
6	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do Novo PGC?	X		
7	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, nos termos do art. 195 do Novo PGC?		X	
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, conforme art. 18, I da Consolidação do Provimentos da CGJT?	X		Entretanto não são certificados os feriados, o rito adotado e o nome juiz prolator da sentença, em desacordo com o disposto no artigo 128 do PGC.
9	A unidade fotografa os bens no ato da penhora, disponibilizando as fotos no processo?	-	-	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
10	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do Novo PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar exemplos)	X		
11	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada?	X		
12	Nas execuções suspensas por inércia do credor, é expedida certidão de crédito ao credor, nos termos do art. 242 do Novo PGC? Em caso afirmativo, qual o procedimento adotados após a expedição?	X		Expedida a certidão, o processo é arquivado definitivamente, com manutenção dos devedores no BNDT.
13	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do Novo PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento definitivo do processo?	X		
14	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
15	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do Novo PGC?	X		
16	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Unidade procede à guarda física dos autos em papel que baixam do Tribunal, após o julgamento de recursos, ou que aguardam julgamento de recursos pelo TST, bem como das Ações de Execução Fiscal recebidos da justiça comum?		X	
18	A unidade obedece o disposto no art. 179 do Novo PGC, no sentido de utilizar todos os meios de execução, inclusive os previstos no art. 159 do Novo PGC?	X		
19	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, o valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 163 parágrafo 2º do PGC	X		Parcialmente Atendido.
20	A unidade possui processos com o último andamento AQCC-Arquivo Definitivo/Certidão de Crédito Expedida?		X	
21	A Unidade realiza a reunião de processos na fase de execução? Em caso afirmativo, a reunião importa na extinção do processo reunido? Dê exemplos.	X		A reunião não importa em extinção do processo reunido. Ex.: 460/2009 e 928/2011.
22	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional no dia da correição)			A Unidade revisa as contas judiciais do Banco do Brasil e da CEF indicadas nas planilhas fornecidas pela Secretaria-Geral Judiciária, nos arquivos X:\scjcomp\CONTAS JUDICIAIS-BB e X:\scjcomp\CONTAS JUDICIAIS-CEF.
23	Encontra-se em andamento processo de eliminação de autos findos? (em caso afirmativo, indicar no campo observações qual o período envolvido, bem como a data da última eliminação)	X		Encontram-se com andamento de "destinados à eliminação" 51 processos, cuja tramitação foi lançada nos meses de março a maio de 2012. A última eliminação foi lançada em outubro de 2012.
24	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list) e indicando o prazo de guarda dos autos, possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		

5 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**5.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA	X		
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

5.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**6.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
5.1 a observância do disposto no parágrafo único do artigo 339 do PGC, visto que em processos em que figura como reclamante pessoa idosa ou menor não há a intimação do Ministério Público do Trabalho dos acordos homologados e das sentenças proferidas;	X		
5.2 o lançamento regular no sistema SAJ-18 de pagamentos feitos em decorrência de acordos homologados, assim como recolhimentos fiscais, nos termos do artigo 164 do PGC;	X		Atendido Parcialmente.
5.3 a observância pela secretaria do disposto no artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 6.830/80, quanto à necessidade de fazer constar dos editais de praça e de intimação, nas execuções fiscais, os números das respectivas CDAs;	X		
5.4 que nos débitos previdenciários de valor inferior a R\$1.000,00, a unidade adote o seguinte procedimento: I- não sendo comprovado pelo executado o recolhimento da contribuição previdenciária prosseguir-se-á na execução do débito, observado o disposto no artigo 162 do PGC; - II - quando o valor do débito previdenciário ultrapassar o valor-piso estabelecido na Portaria MPS nº 1293, de 5 de julho de 2005, ou em outra norma regulamentar que vier a substituí-la, expedida com base no artigo 54 da Lei nº 8.212/91, deverão ser utilizados todos os meios para execução do débito, mesmo que este se encontre abaixo dos limites de inscrição em dívida ativa ou de intimação dos órgãos de representação da União; e III - inviabilizando-se a execução da contribuição previdenciária, aplicar-se-á o disposto no artigo 163 ou no artigo 243, ambos do PGC, a critério do juízo da execução; e	X		
5.5 que o Juiz Titular, a exemplo do excelentíssimo Juiz Auxiliar, passe a adotar o procedimento previsto na Recomendação Conjunta nº 2/GP.CGJT, de 28 de outubro de 2011, noticiada através do Ofício-Circular TRT 18ª Região GP/SGP nº 01/2012, no sentido de proceder o encaminhamento de cópia das sentenças que reconheçam conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria Federal – GO.	X		

6.2 – Constações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho UTILIZOU o Check List elaborado pela Secretaria de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: 760-38/2012, 909-34/2012, 1057-79/2011, 250-25/2012)
2	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Secretaria da Vara LANÇOU no SAJ os valores decorrentes dos acordos, cumprindo, integralmente o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 760-38/2012, 909-34/2012, 1057-79/2011, 250-25/2012)
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: 10010-61.2013, 10191-62.2013, 10118-90.2013, 10100-06.2012, 10033-07.2013 e 10143-06.2013).
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que na Vara do Trabalho NÃO SÃO PROFERIDAS as sentenças líquidas (processos: 10010-61.2013, 10191-62.2013, 10118-90.2013, 10100-06.2012, 10033-07.2013 e 10143-06.2013).
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara expede os ofícios determinados na sentença, de forma eletrônica, conforme convênios com os órgãos destinatários (processos: 10010-61.2013, 1075-66.2012, 719-71.2012).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que nos acordos homologados pela Vara do Trabalho são CUMPRIDAS AS DISPOSIÇÕES DOS ARTIGOS 76 E 81 DO PGC, uma vez que as atas/decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: 10129-56.2012, 10043-51.2013, 10120-94.2012, 10062-57.2013, 10119-12.2012, 10026-15.2013 e 10162-46.2012).
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA NO SAJ os valores referentes ao pagamento das parcelas do acordo, descumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 10129-56.2012, 10043-51.2013, 10062-57.2013 e 10162-46.2012).
8	Ao verificar, em 04-07-2013, os andamentos dos processos no SAJ, utilizando para tanto a ferramenta disponibilizada pelo próprio sistema (RELATÓRIO PELO ÚLTIMO ANDAMENTO), constatou-se que a Secretaria da Vara procede ao lançamento dos códigos com regularidade, atendendo, atempadamente, as solicitações da Corregedoria referentes à correção dos andamentos equivocados.
9	Ao verificar, em 04-07-2013, os Grupos e Subgrupos da ferramenta Birô, do sistema informatizado SAJ-18, não foi constatado a existência de processos com data limite vencida.

Item	Constatações
10	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40, § 2º da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 30 dias (processos: 806-27.2012, 782-96.2012, 323-94.2012 e 52-85.2012);
11	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no SAJ o andamento "EXECUÇÃO SUSPensa", indicando o motivo, conforme determinação do Juízo (processos: 806-27.2012, 782-96.2012, 323-94.2012 e 52-85.2012)
12	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho arquiva provisoriamente os autos, após exaurimento do prazo de suspensão, mediante despacho fundamentado, iniciando-se a contagem do prazo da prescrição intercorrente, nos termos do artigo 40, § 2º e 4º da Lei 6830/80 e do artigo 161 do PGC (processos: 806-27.2012, 782-96.2012, 323-94.2012 e 52-85.2012)
13	Nos processos de execução fiscal, a seguir relacionados, constatou-se que nos editais de Praça e Leilão publicados pela Vara do Trabalho NÃO CONSTAM OS NÚMEROS DAS CDA'S, descumprindo o disposto no artigo 185 do PGC (processos: 676-71.2011; 678-41.2011)
14	Nos processos a seguir relacionados, de execução fiscal, constatou-se que a Vara do Trabalho cita regularmente o executado, para pagar ou garantir a execução no prazo de cinco dias, nos termos do art. 8º, I da Lei 6.830/80 (Processos: 676-71.2011; 678-41.2011; 763-90.2012)
15	Em análise ao Sistema SAJ-18, constatou-se que, entre 01/11/2012 e 11/07/2013 foi lançado o andamento EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA INICIADA (EXI) em apenas 10 (dez) processos, enquanto que nas demais Varas do Trabalho de Anápolis (1ª, 2ª e 3ª) foi lançado o andamento em sessenta e cinco processos em média, descumprindo, assim, o disposto no Provimento SCR 03/2013, bem como do Ofício Circular SGJ nº. 16/2013.
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que o executado é diretamente citado para pagar ou garantir a execução no prazo de 48 horas, sem previamente ser intimado para proceder o recolhimento da contribuição previdenciária e comprovar o envio da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC. (processos: 702-35.2012, 867-82.2012 e 10152-65.2012).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza sistematicamente os convênios BACENJUD, RENAJUD e INCRA, independentemente do requerimento da parte, na tentativa de encontrar bens do executado para constrição, cumprindo o disposto no artigo 159 do PGC (processos: 980-36.2012, 682-44.2012, 342-03.2012, 973-44.2012 e 252-29.2011).

Item	Constatações
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho cita os sócios antes de qualquer medida constritiva de seus bens, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, cumprindo o disposto no artigo 160 do PGC (processos: 252-29.2011 e 342-03.2012).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO LIBERA IMEDIATEMENTE O DEPÓSITO RECURSAL ao exequente, após a liquidação dos cálculos, nos casos em que o valor da conta é inequivocamente superior ao referido depósito, descumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: 570-75.2012 e 377-60.2012).
20	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara INTIMA o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais designadas, das sentenças proferidas e acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, em cumprimento ao disposto no artigo 346 do PGC (processos:10125-82.2013; 10013-16.2013; 10123-49.2012; 1039-24.2012; 976-96.2012)
21	Nos processos do Sistema PJE a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho NÃO certifica os feriados, NÃO indica o rito adotado e nem o nome do Juiz prolator da sentença, no caso de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, em desconformidade com o disposto no art. 128 do PGC (processos: 10061-09.2012; 10082-82.2012; 10159-91.2012; 10077-26.2013).
22	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho analisa, de forma explícita, os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: 912-86.2012; 893-80.2012; 845-24.2012; 798-50.2012)
23	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho procede ao lançamento no SAJ das custas comprovadas na interposição do Recurso Ordinário, em conformidade com o disposto no art. 163 do PGC (processos: 10159-91.2012; 798-50.2012; 845-24.2012; 893-80.2012), deixando, todavia, de lançá-los com regularidade nos demais processos.
24	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 18/07/2012 e 05/03/2013, constatou-se que: (1º) são realizadas audiências de segunda a quinta-feira; (2º) o atraso médio para início de audiências é de 15 minutos; e (3º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências 10 (dez) processos.
25	Analizados os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se os seguintes prazos médios para solução de incidentes nas fases de conhecimento e execução: 02 (dois) dias para julgamento de incidentes na fase de conhecimento e 26 (vinte e seis) dias para julgamento de incidentes na fase de execução (Processos:988-13.2012; 977-81.2012; 842-69.2012; 709-27.2012; 853-98.2012; 209-58.2012; 844-39.2012)
26	Constatou-se que a petição de Embargos à Execução foi interposta em 08/04/2013 e que a intimação ao exequente para impugnação somente foi efetivada em 25/04/2013.